



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA/2016

EVILLYN COSTA FONSECA

**O IMAGINÁRIO SOBRE A MULHER E O ABORTO EM DISSERTAÇÕES
ESCOLARES**

ABAETETUBA

2019

EVILLYN COSTA FONSECA

**O IMAGINÁRIO SOBRE A MULHER E O ABORTO EM
DISSERTAÇÕES ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela
Faculdade de Ciências da Linguagem da
Universidade Federal do Pará do Campus
Universitário do Baixo Tocantins – Abaetetuba

Orientador: Prof^o. Dr. Alessandro Nobre
Galvão

ABAETETUBA
2019

EVILLYN COSTA FONSECA

**O IMAGINÁRIO SOBRE A MULHER E O ABORTO EM DISSERTAÇÕES
ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Letras – Língua Portuguesa
pela Faculdade de Ciências da Linguagem da
Universidade Federal do Pará do Campus
Universitário do Baixo Tocantins –
Abaetetuba
Orientador: Prof. Dr. Alessandro Nobre
Galvão

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão (UFPA)
Presidente da Banca Examinadora

Prof^ª. Dra. Patrícia Souza Almeida de Macedo (UFPA)
Membra Interna da Banca Examinadora

O IMAGINÁRIO SOBRE A MULHER E O ABORTO EM DISSERTAÇÕES ESCOLARES¹

Evillyn Costa Fonseca

RESUMO: As mulheres desde a idade média vivem uma realidade de luta por direitos para legitimar sua liberdade e romper paradigmas (sociais, religiosos, etc.) que interferem em sua autonomia. Diante disso, trazemos a inquietação acerca de como funciona o imaginário sobre a mulher em dissertações escolares produzidas por alunos do Ensino Médio de Igarapé-Miri, por meio da questão do direito ao aborto. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o funcionamento do imaginário dos estudantes por meio da análise de dissertações produzidas por esses alunos. Então, a partir da determinação do *corpus*, respaldada no nosso foco discursivo, restringiu-se às condições de produção para, assim, através da análise discursiva, identificar nos excertos os indícios do imaginário dos sujeitos sobre o feminino e o direito ao aborto. À vista disso, a materialização dos posicionamentos dos sujeitos expressou um imaginário pautado na Formação Discursiva conservadora, que agrega a religiosa e a machista e, por conseguinte, retrata perspectivas patriarcais, principalmente, de depreciação da mulher e limitação acerca de suas vontades e seu corpo.

Palavras-chave: Mulher. Imaginário. Dissertações. Análise do discurso. Aborto.

1 INTRODUÇÃO

O discurso, de acordo com Orlandi (2012 p.15), é: “a palavra em movimento, prática de linguagem” e para estudá-lo, “observa-se o homem falando”, logo, o dizer é muito importante, pois, por meio dele é possível compreender os processos de significação e formação dos sujeitos. Nesse sentido, este estudo se apropriados pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista (doravante AD), com o intuito de examinar o funcionamento do imaginário sobre a mulher na relação que se estabelece entre o ser mulher e o ter direito ao aborto. Nosso objeto empírico de investigação são dissertações escolares produzidas por alunos do Terceiro ano “A” do Ensino Médio do Colégio Estadual Manoel Antônio de Castro (MAC) de Igarapé-Miri, as quais foram recolhidas após a aplicação de oficinas de produção textual com 4 sequências didáticas, ministradas como contrapartida pela colaboração com a pesquisa e com o intuito de auxiliar os alunos nos vestibulares. Procedemos os recortes discursivos de modo a constituir as sequências discursivas (doravante SD) nas quais é possível aplicar as escutas sobre o funcionamento daquele imaginário.

¹Trabalho de Conclusão de Curso de Letras – Língua Portuguesa/2016 do Campus de Abaetetuba da UFPA, orientado pelo Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão.

Destarte, a subseção de fundamentação teórica, em um primeiro momento, contemplará a discussão sobre os conceitos referentes à AD, apoiando-se em Pêcheux (1997), (1995) e Pêcheux & Fuchs (1993), além das considerações de Orlandi (2012) e Maldidier (2003) sobre os estudos pecheutianos; também será discutida a noção de Formação Discursiva de Foucault (2004) e de real e imaginário por Fernandes (2008). Num segundo momento, será abordada a temática da mulher na sociedade conforme Perrot (1995) e Nascimento (1997), e na conjuntura atual por Silveira *et al.* (2018), bem como definições que se relacionam com essa proposição, tal qual a de feminismo por Cott (1987), patriarcado por Lima (2013) e a maneira como é feita a divisão social do trabalho entre homens e mulheres de acordo com Tadechi (2008).

A construção de nosso dispositivo analítico seguiu os pressupostos norteadores da abordagem triangular proposta Lagazzi (2005). Nesse sentido, construímos um objetivo de análise, considerando-se a produtividade do fenômeno discursivo em foco nas dissertações escolares coletadas. Uma vez delimitado nosso corpus discursivo, o remetemos às condições de produção. Os recortes operados nas materialidades coletadas apresentam os indícios materiais do funcionamento do imaginário do sujeito sobre a mulher e o direito ao aborto.

2 Análise do Discurso Francesa

A proposta da Análise de discurso enquanto disciplina de interpretação a diferencia das demais subáreas da Linguística. De fato, não podemos considerá-la como subdisciplina desta última, uma vez que com ela mantém um diálogo tenso ao apontar para uma série de contradições a respeito do modo como a Linguística concebe língua, sujeito e sentido. Michel Pêcheux, ainda nos anos 1960, baseando-se em seus estudos althusserianos, estabelece que o objeto da então recém instituída AD materialista é o discurso.

Pêcheux & Fuchs (1993, p. 82) especificam que “o termo discurso, (...) implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas de modo mais geral, de um "efeito de sentidos" entre os pontos A e B”, ou seja, o discurso é entendido como o entrecruzamento entre língua, história e sujeito para, a partir desses elementos, produzir o sentido. A respeito desse posicionamento Maldidier (2003 p. 15-16) considera que:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó [...] É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento.

A língua, nesse quadro teórico, mantém uma relação de constituição com o discurso. De acordo com Orlandi (1987, p. 15) ela é compreendida como a materialização de processos discursivos determinados por certas Formações Discursivas (doravante FD)², logo, é afetada por um exterior, ou seja, as condições sócio-histórico-ideológicas de produção do dizer. As condições de produção do discurso são exteriores a língua, no entanto, possuem uma relação constitutiva com a linguagem na produção dos efeitos de sentido e na constituição de sujeitos, além de terem a atribuição de determinar as relações de força no interior do discurso. Tais condições são subdivididas em dois grupos por Orlandi (2012 p.30), a saber, as condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e as condições de produção em sentido amplo (contexto sócio-histórico ideológico).

Nesse sentido, as palavras e expressões linguísticas não detêm um sentido dado aprioristicamente, nem muito menos abrem para todos os sentidos aleatoriamente, pois o sentido se constitui na relação da língua com a história. Do mesmo modo, acontece com o sujeito, uma vez que, conforme explica Orlandi (2012 p. 46): “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”, portanto, compreendemos o sujeito como a instância subordinada a uma formação discursiva predominante.

A subjetivação do sujeito é apresentada por Pêcheux (1995) como um processo segundo o qual o indivíduo se reconhece como sujeito a partir de sua identificação à forma de sujeito moderno que é a forma-sujeito de direito. Esta é a forma pela qual o indivíduo se reconhece como livre e autônomo, todavia, esse reconhecimento não passa de uma ilusão, dado o fato de ser assujeitado a uma configuração que lhe é anterior, ou seja, dada historicamente. Assim sendo, o sujeito discursivo se constitui pelo elo entre história e ideologia, subtendendo, desse modo, que o sujeito não é a origem dos sentidos.

Orlandi (2012, p. 47), baseada nos trabalhos de Pêcheux (1995), atribui à ideologia a função de “produzir evidências, colocando o homem em relação imaginária com suas condições materiais de existência”, logo, a ideologia é discursivamente fundamental e atua no indivíduo de maneira inconsciente, interferindo em seu dizer e lhe dando a errônea impressão de controle da forma como esse dizer vai significar para o outro.

Sumariamente, a relação entre sujeito e ideologia se faz ver pelo trabalho da formação discursiva na condução dos processos discursivos. Orlandi (2012 p.47) reforça essa tese dizendo que “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão

² Esta categoria será discutida mais adiante.

materialmente ligados”. Desse modo, para compreender o funcionamento do discurso, antes se faz necessário compreender seu vínculo com a forma-sujeito e a formação discursiva que lhe norteia.

É válido ressaltar que conceito de “formação discursiva” utilizado em AD provém da apropriação que faz Pêcheux da formulação proposta por Foucault (2004). Entende-se por formação discursiva uma coleção de dizeres organizados em determinados campos (familiar, pedagógico, acadêmico) no qual o sujeito se inscreve para formular seu dizer. Tanto Pêcheux (1971) quanto Orlandi (2012) apontam a FD como aquela cuja atribuição é estipular “o que pode e deve ser dito” em uma determinada formação ideológica. No entanto, é ingenuidade considerar um pertencimento exclusivo a uma FD, pois o sujeito se constitui na errância dos sentidos, considerando-se que ele pode ser afetado por diversas formações ideológicas que materializam diversas formações discursivas.

Destarte, Orlandi (2012, p. 44) também salienta que é “pela referência à formação discursiva que podemos compreender o funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”. Decorrente disso, quando se elucida a heterogeneidade da significação, faz-se necessário adicionar a ideia de metáfora para a AD, como a troca de uma palavra por outra, conseqüentemente, os sentidos são afetados por essa mudança, pois dependem dos posicionamentos de cada sujeito envolvido. Sobre esse assunto, Orlandi (2012, p.42-43) discorre “(...) podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas (...) As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

Os conceitos de real e imaginário são abordados em AD devido à não admissão da univocidade de sentido. Além disso, esses aspectos se inter-relacionam e remetem diretamente ao conceito de formação discursiva, por tratar a significação a partir da inscrição ideológica dos sujeitos em uma realidade estruturada imaginariamente.

Considerando a perspectiva psicanalítica lacaniana, a definição de Real remonta a dois princípios linguísticos expostos por Gadet & Pêcheux (1993, p.52): (i) “Tudo não pode ser dito” e (ii) “[O real se faz] impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira”. O primeiro princípio diz respeito ao processo de significação a partir das formações ideológicas e o segundo corresponde ao esquecimento do caráter polissêmico da linguagem, denominado “esquecimento número 2”. Portanto, é válido ressaltar que o real é importante para a linguagem, pois participa de sua constituição.

Contudo, de acordo com Fernandes (2008, p.40): “Para simbolizar o real, discursivizá-lo, é preciso, portanto, passar pelo imaginário. O imaginário seria a fatia resultante do recorte

feito no real”. Nesse sentido, os conceitos de real e imaginário se complementam, já que para a AD, a relação do sujeito com o real é mediada pelo imaginário e cabe a esse último, a partir da construção ideológica, atribuir sentido ao que está materializado no mundo, utilizando a relação do sujeito com a realidade e a linguagem nesse processo. Sobre esse assunto, Pêcheux (1997) formula um quadro (a seguir) que ilustra de maneira sintetizada o jogo das formações imaginárias no dizer dos sujeitos.

Quadro 01 — Jogo de formações imaginárias

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: Pêcheux (1997, p. 83)

Em suma, Pêcheux (1997) expressa neste quadro, que os termos selecionados pelo sujeito na formulação discursiva se relacionam com as formações imaginárias. Uma vez que, no decorrer da enunciação, os interlocutores engendram uma determinada imagem sobre o outro, sobre o objeto da interlocução e até sobre si mesmos. O recurso da antecipação dá a oportunidade de o sujeito assumir a posição do seu interlocutor, por meio do imaginário, e, encaminhar seus argumentos e os efeitos que deseja causar no desenrolar da interlocução a partir disso. Contudo, é relevante salientar que, mesmo a antecipação sendo um movimento pré-consciente, ela é exposta às interferências da ideologia e de e sua atuação que se dá a começar pelo inconsciente.

Tendo em vista essas pretensões, voltaremos-nos à formação imaginária que propõem o questionamento “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, representada por $I_A(B)$, dito de outro modo, temos o intuito de averiguar a imagem que o sujeito discursivo (A) faz nos textos escolares sobre a mulher (B), usando como temática a prática abortiva.

3 Ser mulher na sociedade brasileira: Ontem e hoje

O imaginário contemporâneo sobre o feminino, segundo Perrot (1995), foi construído no decorrer da história do ocidente, alicerçado em uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres eram consideradas inferiores e frágeis, estando constantemente expostas a julgamentos e disparidades de direitos em comparação aos homens. A respeito disso, Nascimento (1997, p.85) destaca que “desde os primeiros momentos da História da Mulher, pode-se observar a insistência com que se recorre ao pensamento dos teóricos antigos e medievais sobre a condição feminina para afirmar a submissão da mulher”.

Posto isso, a concepção de mulher, oriunda de diversas culturas, recebe até os dias atuais a contínua interferência, principalmente, da ideologia religiosa, desde a demonização atribuída à efígie de Eva como fonte do pecado e culpada pela transgressão masculina, conferindo ao homem, na figura de Adão, a passividade quanto ao pecado e a semelhança com o que é Divino. Tadechi (2012 p. 63) faz uma observação pertinente ao dizer que “A história da Criação aparece ao longo do Cristianismo como justificadora da submissão da mulher face ao homem”. Pressupõe-se que essa representação feminina persista pelo fato das interpretações dos textos bíblicos, que norteiam esses paradigmas, terem sido feitas, majoritariamente, por homens e influenciarem na forma como a mulher concebe sua relação com ela mesma, com seu corpo, sexualidade e a sociedade.

Nesse contexto, o Estado também faz determinações sobre a vida e autonomia da mulher. Pondera-se que a função dessa esfera está em assegurar a igualdade de direito e liberdade dos cidadãos (homens e mulheres), mediante o exposto, tem-se que Constituição Federal de 1988, artigo 5º, *caput*:

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Contudo, sabe-se que esses princípios legais não são efetivados em sua totalidade, tanto que há uma incoerência referente à questão da igualdade e equidade de gênero, bem como dos direitos reprodutivos, pois é real a intervenção do Estado em temas como o aborto, limitando a liberdade da mulher sobre seu corpo. Como explica Alvarenga (1998) existe um rompimento no que se considera "Posição Liberal" mediante o controle do Estado à liberdade

da reprodução biológica e da escolha quanto à concepção. Além disso, tem-se a forma desigual da divisão social do trabalho.

Dito isso, a divisão de trabalho sob o parâmetro sexual, segundo Tadechi (2008) explicita a formação cultural entre homens e mulheres, apresentando a mulher, sem visibilidade, ligada a atividades dentro do ambiente doméstico e familiar, diferentemente do homem que está destinado à atuação social e maior valorizada. Sobre esse assunto, Bourdieu (2002, p. 20) coloca que essa consideração: “(...) pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho”.

Nesse sentido, o gênero é pertinente no imaginário sobre o feminino de acordo com Viezzer (1989, p.112), pois “é um conceito mais adequado para analisar a relação entre a subordinação das mulheres e a mudança social e política”, tal mudança diz respeito à alteração da perspectiva de inferioridade feminina construída historicamente. Em virtude disso, a maneira como a mulher se coloca diante das questões de sua própria existência diz respeito aos encargos sociais que lhe impõem; na família, constitui a responsabilidade unívoca por gerar e cuidar dos filhos, da casa e dos afazeres domésticos; no trabalho, equivale à inferioridade no salário, o risco de desemprego em casos de gravidez, a dupla jornada com as tarefas do lar; e socialmente, ainda tem que lidar com a limitação de sua liberdade fundamentada na forma como se veste, comportamento e até mesmo na forma de falar.

A partir das considerações acima expostas, infere-se que a mulher convive em um cenário que ainda não corresponde ao ideal visto que, ela é constantemente exposta a avaliações resultantes da padronização de beleza e comportamento. Silva *et al.* (2016) enfatiza que a mulher é “submetida a seguir padrões e ser e agir de uma forma que dizem, seja a sociedade ou a mídia, ser adequadas à postura feminina”. No que diz respeito à ocupação, Lima (2013) ressalta que a mulher é designada a “dupla jornada de trabalho”, visto que, apesar de ter adquirido a possibilidade de trabalhar na esfera pública tendo que lidar com a desigualdade salarial, a ela ainda é sobrecarregada com a responsabilidade dos trabalhos domésticos sem a colaboração masculina.

É válido salientar que outro princípio que leva a mulher a ser subjugada é o da sexualidade e, por conseguinte, também o de liberdade sexual, pois esses conceitos em geral estão vinculados ao prisma da sexualidade masculina, cujo entendimento é que pertence a mulher a função de satisfazer os desejos masculinos. A respeito disso, Silveira *et al.* (2018) ressalta que “para as mulheres a sexualidade seria marcada pela passividade, vinculada mais à reprodução que ao prazer”, portanto, não é incomum que elas sejam taxadas de promíscua, nos

casos em que desfrutam da liberdade sexual e integralmente responsabilizadas por qualquer efeito, desejado ou indesejado, do ato sexual.

A luta feminina para tentar subverter essa realidade de desigualdade, subordinação, violência e opressão social, é constante. Porém, só ganhou maior visibilidade a partir de 1960 com a organização do movimento feminista. Cott (1987) em seu estudo apresenta uma definição funcional de feminismo sob três aspectos:

1. a defesa da igualdade dos sexos ou oposição à hierarquia dos sexos; 2. o reconhecimento de que a "condição das mulheres é construída socialmente, [...] historicamente determinada pelos usos sociais."; 3. a identificação com as mulheres enquanto grupo social e o apoio a elas.

Ainda segundo a autora, as lutas feministas “exprimem um engajamento político no sentido de promover a igualdade dos gêneros e o acesso das mulheres tanto à autonomia individual quanto ao poder político e econômico”, ou seja, o feminismo se contrapõe totalmente ao patriarcado instituído na sociedade e imposto à mulher. Conforme Lima (2013), “o termo patriarcado é utilizado para se referir a um sistema ou forma de dominação que os homens exercem sobre as mulheres, utilizando-se das diferenças biológicas e físicas”. Nesse sentido, o feminismo tem o intuito de promover uma mudança de concepção a respeito das mulheres e da sua importância na sociedade, ademais, é um posicionamento transitável para homens e mulheres, embora não aconteça a adesão de todos na reivindicação e luta pelos direitos femininos.

4 ANÁLISE DO FATO DISCURSIVO

Nesta subseção, procedemos às análises das SD recortadas das dissertações escolares que compõem nosso *corpus* empírico. Para efeito de organização, vamos numerá-las e destacar em itálico palavras, expressões ou porções textuais que indiciem o processo discursivo no qual se possa compreender o funcionamento das formações imaginárias sobre a mulher na sociedade. Vejamos a primeira SD:

SD (1) — Uma mulher faz do seu corpo a sua vontade, fazendo habitar nela o que ela deseja, se ela quiser gerar ela gera, caso contrário sendo da sua vontade a prática sexual *ela deve se prevenir*. O governo disponibiliza nos postos de saúde anticoncepcional para todas as mulheres, querendo eles que o número de abortos seja banido, *para que uma mulher possa ter sexo para o seu prazer e não tendo que ‘sofrer’ com a consequência de uma gravidez.*

Meu corpo, minha regra, *meu ato, minha consequência* [...] A gravidez deve sim ser levada adiante, o amor nasce depois ou então já tem o amor em outro lar esperando. Melhor 9 meses gerando do que 3 sem *a diversão que a mulher deseja*.

Nesta SD, o sujeito discursivo faz ponderações acerca da liberdade da mulher sobre seu corpo e sobre sua prática sexual. As primeiras formulações deixam entrever que a mulher é livre para decidir sobre uma gravidez, porém não é livre para interrompê-la. Chamamos a atenção para o enunciado “ela deve se prevenir”, considerando-se que o pronome anafórico de terceira pessoa retoma a expressão nominal “uma mulher”. Deixando a questão da criminalização do aborto em suspenso, o que implica numa relativa liberdade da mulher sobre seu corpo, compreendemos, pelo gesto de interpretação do sujeito discursivo, que a prevenção de uma possível gravidez é tarefa exclusiva da mulher. Perguntamos sobre o que poderia aparecer no lugar de “ela deve se prevenir”? Uma possível paráfrase para este enunciado seria “eles devem se prevenir”, em que o uso do pronome de terceira pessoa na forma do plural apontaria para o pressuposto da relação sexual consensual ser uma prática levada a cabo por, pelo menos, dois parceiros, sendo, portanto, tais parceiros, corresponsáveis pela prevenção. Esta formulação não aparece justamente porque o sujeito discursivo se inscreve numa FD cujos saberes materializam o imaginário segundo a qual a concepção de um ser vivo é um fenômeno naturalmente feminino, sendo a mulher única responsável por este ser vivo. Há, portanto, no enunciado em exame, a materialização dos sentidos de isenção do homem quando da responsabilidade pela geração de um filho: se uma mulher engravida sem querer, isso sinaliza seu desleixo e sua irresponsabilidade. A mulher, assim como o homem, pode praticar sexo por diversão, mas a preocupação com o não engravidar cabe tão somente à mulher que é a única a pagar o preço por uma gravidez indesejada.

O enunciado “Meu corpo, minha regra” evoca para o dizer do sujeito um saber comum próprio à FD feminista segundo o qual a mulher, tendo autonomia sobre seu corpo, pode decidir sobre a possibilidade de gestar ou não uma criança em seu ventre. A questão é que o acionamento deste pré-construído³ não indica uma identificação do sujeito discursivo com esta FD, mas o contrário: este saber é contraposto a outro saber próprio à FD conservadora, cuja paráfrase é formulada em “meu ato, minha consequência”. Se, como esta formulação deixa entrever, há regulação jurídica sobre os atos de uma mulher naquilo que diz respeito à concepção de uma criança, a liberdade da mulher sobre seu corpo é uma falácia.

³Hansen (2010) diz: “pré-construído é um elemento do interdiscurso que, por sua vez, é o espaço externo onde são localizados e acionados outros discursos em circulação, constitutivos da FD”.

A autora Silveira *et al.* (2018) enfatiza que esse discurso, que se materializa em paráfrases como “engravidou por que quis”, é recorrente inclusive entre o público mais jovem que fundamenta essa colocação negando a possibilidade de falha dos métodos contraceptivos, os quais teoricamente estariam disponíveis à população. Além disso, com o uso do item lexical “amor”, tem-se dois aspectos fulcrais para a compreensão do imaginário sobre feminino; o primeiro é a imposição da maternidade baseada na capacidade biológica de concepção e o outro aspecto por sua vez, complementa o anterior, através da romantização da maternidade e a adoção como solução para extinguir a prática abortiva. Nesse sentido, a mulher é vista, dentro da FD machista, como predestinada ao cuidado, doação e exigências maternais, até sem ter gerado. Portanto, não são considerados os danos, físicos e psicológicos, que a gravidez pode acarretar.

Desta forma, entendemos que o sujeito discursivo se inscreve em uma FD conservadora que mantém relações de identidade com a FD machista, referente ao imaginário sobre o feminino. Nesse contexto, salientamos que o sujeito não se atenta a carência no acesso aos métodos contraceptivos que corresponde a uma das principais razões da gravidez indesejada⁴. Ademais, posso inferir que nesta SD, assim como na próxima SD que veremos, chama atenção a mudança de ponto de vista do sujeito.

(SD2) — [...] a polêmica desse assunto abrange muitas áreas, povos e culturas, a verdade é que *o direito individual nunca deve ser interferido*, mas nesse caso a mulher deveria ter o acompanhamento necessário, tanto emocional quanto físico, claro que seria mais justo que a mulher procurasse adotar um bebê que já nasceu com algum tipo de deficiência ou dum caso de estupro. *Grande injustiça seria uma mulher que aborta por abortar, embora o corpo seja dela, ela deve arcar com a consequência de seus atos, uma vez que ela decide ter relações sexuais com seu parceiro sem a devida proteção, ela deve assumir todas as suas responsabilidades.*

Este recorte traz indícios da inscrição do sujeito discursivo na FD conservadora e aponta para o estabelecimento de uma relação de antagonismo desta com a FD feminista. Isso porque na formulação do sujeito à o encaixe sintático de um saber próprio à FD feminista (meu corpo minhas regras) visando contrapô-lo. Ao utilizar a conjunção concessiva “embora” o sujeito evidencia que, apesar de dizer que não se pode intervir na vontade dos indivíduos, é dever da mulher levar adiante uma gravidez mesmo que essa não seja a sua vontade, subjetivando a interpelação ideológica do sujeito dentro do imaginário machista de que o ato

4 Dados da OMS (Organização Mundial de Saúde).

sexual gera prazer para ambos parceiros, contudo, as consequências dessa prática (uma gravidez indesejada) é experimentada apenas pela mulher e, portanto, ela é que tem o papel de se prevenir. Bem como, no emprego do pronome de terceira pessoa “ela”, referindo-se ao sintagma nominal “uma mulher”, semelhante a SD(1), a cadeia referencial constrói uma predicação na qual a mulher é responsável pela gravidez porque não se precaveu e configurando o apagamento da participação masculina.

Ademais, na SD(2) a relação sexual aparece no verbo “decidir” como uma determinação da mulher atribuindo passividade ao homem, o que nos leva a uma vinculação entre esse discurso e a história presente no livro bíblico de Gêneses sobre a origem do pecado, na qual Adão imputa a Eva toda a culpa por ele comer do fruto proibido, trazendo à tona, dessa forma, a ideologia religiosa que constitui a FD conservadora, na qual a concepção é compromisso unicamente feminino, eximindo o homem de qualquer encargo tanto referente a concepção quanto ao cuidado que a continuidade do viver requer.

Ponderamos que esta SD subentende que a autonomia da mulher referente às decisões sobre seu corpo só está à sua disposição desde que ela não esteja grávida, pois do contrário, ela fica à mercê das determinações do Estado, o qual é diretamente influenciado pela moral cristã, subjetivando a inscrição do sujeito discursivo na FD conservadora. A SD seguinte também reproduz isso ao tratar o aborto pelo viés da criminalização.

(SD3) - Nos casos que acontecem no Brasil de aborto, muitas mulheres abortam por causa de estupros, ou por causa da gestante está em risco de vida e é necessário tirar o feto para não prejudicar a mãe, mas *em outros casos que mulheres tiram crianças por que não querem ter responsabilidade de criar isso é um crime muito grave.*

[...] se a mulher não quer que ela se previna, tem muitas formas de se prevenir agora, tem remédios, camisinha então por que tirar uma criança que não tem nada a ver com isso.

O excerto acima indica que, no imaginário do sujeito discursivo, a mulher poderia abortar somente nos casos em que fosse vítima de violência sexual ou está com sua vida em risco por uma gravidez com complicações, logo, fica claro que esse sujeito se contra-identifica com a FD conservadora, dado que, nesta FD não há concessões para o aborto, isto é, não há casos em que o aborto seja permitido. Além disso, ao produzir a afirmação de que a prática abortiva em determinado caso é criminosa e muito grave, o sujeito discursivo deixa subtendido que a considera proporcional ao assassinato, fruto da irresponsabilidade feminina com a criação dos filhos. Por conseguinte, ressalta que o cuidado é atribuição social da mulher, levando-nos à interrogação de “por que o homem não compartilha também dessa responsabilidade?”. Sobre isso, Tadechi (2012 p.42) comenta que “*Para elas [mulheres] cabe a maternidade enquanto*

função exclusiva do feminino, as tarefas domésticas e o espaço do privado e, sendo assim, muitas delas deixam de ser para existirem em função da dominação masculina”, logo, compreendemos que o sujeito condena a mulher por sua emancipação e a concebe imaginariamente como sujeita aos julgamentos de outrem. O trecho “se a mulher não quer que ela se previna” seguido do uso do discurso científico expondo os métodos contraceptivos que existem, dá a entender por meio do pronome “ela”, assim como na SD anterior, a responsabilização da mulher pela prática de prevenção como se a mesma sempre estivesse no controle da relação. Bem como, o sujeito desconsidera a possibilidade de precaução do homem em relação a essa temática e, também da falha desses recursos.

Outrossim, parafraseado o sujeito discursivo, podemos entender que ele argumenta com o questionamento equivalente a “por que abortar?”, expondo o feto como uma vida inocente, congruente com a FD conservadora que está ligada ao posicionamento religioso de “defesa à vida desde a sua concepção”, no qual o feto é encarado como uma vida que deve ser protegida para além do corpo que o carrega e nutre. Desse modo, Silveira *et al.* (2018) nos alude que:

Permeadas pela ideologia patriarcal e por visões religiosas em seus matizes mais ou menos fundamentalistas, as instituições fazem valer tais ideologias como verdade ao afirmar que o aborto corresponderia moralmente a um assassinato. Isso é feito tornando os embriões fecundados equivalentes a cidadãos com direitos, inclusive com mais direitos do que as mulheres.

Assim, concluímos que o sujeito discursivo é demasiadamente interpelado pela ideologia patriarcal, evidente na culpabilização da mulher pela imprudência na prevenção da gravidez, da mesma forma em que sobrepõe os direitos do feto aos da mulher, tirando desta última a liberdade individual. Notamos também, nesta SD, o silenciamento de outras motivações que são elencadas pelas mulheres que defendem a não criminalização do aborto, como, por exemplo, a vulnerabilidade econômica da mãe e o abandono do parceiro. Em síntese, depreendemos a presença da FD conservadora na SD(3), de forma análoga com a SD que veremos a seguir, sobretudo por ambas serem formuladas a partir da realidade brasileira, a qual fazem menção.

SD(4) —É elevada as taxas de aborto no Brasil ele não é legalizado no país mais nem por essa causa não deixa de acontecer elevadamente. É um crime mas com algumas exceções como por exemplo o estupro. Apesar que seja perigoso e criminoso, nem todas acham o mesmo por conta pessoal, *quando uma mulher coloca em sua cabeça que é dona de si e tira a uma vida*. Mas até

mesmo dessa forma as mulheres que praticam o aborto são muito criticadas por toda a sociedade.

Adolescentes tem a maior relação com o aborto não legal, *muitas vezes por estudo, ou por não querer prender sua adolescência, ou por achar que a família não vai aceitar[...]*

Portanto cada uma tem sua real situação e motivo, *não deve aver desrespeito da decisão de cada uma, temos que respeitar, mas não quer dizer que é preciso aceitarmos.*

A SD inicia expondo a FD jurídica para explicar a conjuntura de criminalização do aborto no Brasil e a recorrência dele na clandestinidade, apontando-o como “perigoso e criminoso”, posteriormente, faz recair sobre a autonomia feminina a culpa da pela interrupção de uma gravidez e complementa que essa atitude equivale a “tirar uma vida”, ou seja, um assassinato. Tal posicionamento exterioriza a ideologia cristã, na qual o entendimento da Igreja Católica (1995, p. 58) sobre o aborto consiste em “morte deliberada e direta, independente da forma como venha a ser realizado, de um ser humano na fase inicial de sua existência, que vai da concepção ao nascimento”. O sujeito discursivo também expõe na SD possíveis causas para que a mulher anseie abortar, dentre elas chamo atenção para a qual o aborto é atribuído à vontade da mulher de não comprometer sua liberdade e a não aceitação da família. Percebo que em nenhum momento a questão do aborto é encarada pelo sujeito discursivo como uma demanda de saúde pública que, para a mulher, envolve outros aspectos além do juízo popular e de sua própria vontade. Conforme explica Morais (2008 p.56):

São vários os motivos que levam a mulher a abortar: uma prole maior do que a planejada, dificuldades para se obter métodos anticoncepcionais modernos, falta de orientação no planejamento familiar, pouca ou nenhuma instrução, comportamento sexual de alto risco, dentre outros.

No último trecho destacado da SD, apreendemos a incoerência entre a legitimação liberdade de escolha que o sujeito discursivo defende e a sua desaprovação da decisão feminina por um aborto, expondo seu posicionamento dentro da FD conservadora. Nesse contexto, é possível perceber que, embora o sujeito tente ocultar a que se encaixa em uma determinada FD, o dizer reverbera, por meio da sua formação ideológica, a opinião predominante no discurso. Desse modo, tem-se o que Indursky (2016 *apud* Pêcheux 1988) denomina como “mau sujeito”, explicando que ele está no “discurso em que o sujeito do discurso, através de uma ‘tomada de posição’, se contrapõe à forma-sujeito”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa, o quadro teórico da AD propiciou a discussão da noção de discurso, este que corresponde ao objeto de estudo dessa disciplina, assim como a interpelação do indivíduo em sujeito discursivo pela ideologia, a partir das condições de produção, as quais ele está exposto e que reverberam por meio das FDs. Tais formações, por sua vez, apresentam as formações ideológicas que formam o imaginário do sujeito. Ademais, foi feita uma breve explanação a respeito do contexto social no qual a mulher está inserida e sob quais aspectos é formada a figura feminina. Os conceitos da AD foram utilizados para identificar a FD machista nos textos escolares sobre a questão do aborto.

Dessa forma, ficou claro que os posicionamentos materializados nos discursos dos estudantes, infelizmente, refletem um imaginário de depreciação sobre o feminino, permeado pela FD conservadora e sob influência direta das ideologias religiosas e do Estado, provavelmente, fruto da maneira como a mulher foi desenhada no seio da sociedade patriarcal no decorrer da história. Portanto, é possível inferir que os desafios para alcançar a condição de igualdade entre homens e mulheres, visto que essas últimas ainda não gozam de autonomia em plenitude, de respeito ao seu corpo, bem como ainda são muito subjugadas em função da família, de comportamento, padrões de beleza, entre outros.

Posteriormente a pesquisa pode ser continuada usando outros “planos de fundo”, ou seja, a discussão de temas além do aborto que possibilitem a amplificação desse panorama de análise do imaginário sobre o feminino como, por exemplo, como os jovens veem a imagem da mulher sob os aspectos da liberdade sexual, a possibilidade de não querer ser mãe, sua função no ambiente familiar e no trabalho? Como esses sujeitos significam o corpo feminino? Quais são os processos discursivos que se materializam nesses textos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Augusta Thereza de.; SCHOR, Néia. Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial. *Saude soc. [conectados]*.vol.7, n.1, pp.87-110. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901998000100005>), 1998.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COTT, Nancy: *The Grounding of Modern Feminism*. New Haven, Yale University Press. 1987, p. 4-5. Artigo publicado com o título: "*Genre, histoire des femmes et histoire sociale*", *Gêneses* 2. 1990, p. 148-166.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique*. Langages, Paris, n.62, 127 p., juin, 1981.

FERNANDES, Carolina. **O imaginário de Veja sobre " Os Lulas Presidenciáveis"**. [S.l]: 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HANSEN, Fábio. **A noção de pré-construído e seus desdobramentos no processo criativo do discurso publicitário**. Organon, v. 24, n. 48, 2010.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1978- : João Paulo II). **Evangelium Vitae**: aos Presbíteros e Diáconos aos religiosos e religiosas aos fiéis leigos e a todas as pessoas de boa vontade sobre o valor e a inviolabilidade da vida Humana. Vaticano, 25 mar. 1995. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html. Acesso em: 14 nov. de 2019.

INDURSKY, Freda. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela?**. [S.l]: 2016.

LAGAZZI, S. **A prática do Confronto com a Materialidade Discursiva: Um desafio**. In: GUIMARÃES & PAULA (Orgs.). Sentido e memória. Campinas, Editora Pontes, 2005.

LIMA, Sárvia Silvana Santos. **A interferência do Estado nas questões de violência de gênero e suas políticas públicas no Brasil e no Acre**. [S.l]: Compromisso e Atitude, 2013.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MORAIS, Lorena Ribeiro de. **A legislação sobre o aborto e seus impactos na saúde da mulher**. Senatus: Brasília, 2008.

NASCIMENTO, M. F. D. **Ser mulher na Idade Média**. Madrid, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/5807-18572-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Manual para a prática del aborto seguro**. Montevidéo: OMS, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel.; FUCHS, C. **Por uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, F & HAK, T (orgs.) **Análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel.; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. [S.l]: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso** (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**. **cadernos pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995.

SILVA, J. M.; ARAÚJO, L.L.; SILVA, M. M.; PAIVA, M. S. **A influência da mídia na Construção do Feminino: O Caso “Bela, Recatada e do lar”**. Caruaru: Intercom, 2016.

SILVEIRA et. al. **Direito ao aborto, autonomia e igualdade**. São Paulo: SOF, 2018.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As representações da moral católica**. In: **História das Mulheres e as Representações do feminino**. Campinas, SP: Editora Curt Nimendajú, 2008.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: Uma introdução teórico metodológica**. – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

VIEZZER, Moema. **O Problema Não Está na Mulher**, São Paulo. Cortez, 1989.